

Análise comparativa do componente curricular Coordenação Pedagógica do curso de Pedagogia da Universidade de Pernambuco

Jayrla Stefane Alves Barrosⁱ

Michela Carolina Macêdoⁱⁱ

José Almir do Nascimentoⁱⁱⁱ

Amarildo Muniz Malvezzi^{iv}

Resumo

A pesquisa questiona se a formação inicial empenhada no âmbito da Licenciatura em Pedagogia da Universidade de Pernambuco (UPE) é capaz de estimular o *quefazer* do coordenador pedagógico. Neste sentido, este artigo tem como objetivo analisar, comparativamente, a programação do componente curricular Coordenação Pedagógica desse curso, presentes nos Projetos Pedagógicos do Curso (PPC) de 2012 e 2017. Para isso, utilizou-se de um levantamento documental exploratório, com análise comparativa, descritiva. A análise permitiu perceber que a previsibilidade programática é similar na ementa e no referencial bibliográfico e distinta na carga horária, no conteúdo proposto e nas competências e habilidades. Conclui-se, portanto, que há uma relação entre a teorização e a reflexão que atravessa os conteúdos associados aos estágios obrigatórios em Gestão Escolar que permite uma ação-reflexão do educando.

Palavras-chave: coordenação pedagógica; currículo; estudo comparado.

Comparative analysis of the Pedagogical Coordination curriculum component of the Pedagogy course at the University of Pernambuco

Abstract

The research questions whether the initial training undertaken within the scope of the Pedagogy Degree at the University of Pernambuco (UPE) is capable of stimulating the pedagogical coordinator's actions. In this sense, this article aims to comparatively analyze the programming of the Pedagogical Coordination curricular component of this course, present in the Course Pedagogical Projects (PPC) of 2012 and 2017. For this, an exploratory documentary survey was used, with comparative, descriptive analysis. The analysis allowed us to perceive that the programmatic predictability is similar in the syllabus and bibliographic reference and distinct in the workload, proposed content and skills and abilities. It is concluded, therefore, that there is a

ⁱ Especialista em Psicopedagogia pela Faculdade de Educação Superior de Pernambuco. Professora do Colégio Santa Afra. *E-mail:* jayrla.stefane@upe.br - ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0006-3148-7386>.

ⁱⁱ Doutora em Educação Matemática e Tecnológica pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora Adjunta da Universidade de Pernambuco (UPE), Campus Petrolina. *E-mail:* michela.macedo@upe.br - ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-0671-1191>.

ⁱⁱⁱ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor Adjunto da Universidade de Pernambuco (UPE), Campus Petrolina. *E-mail:* almir.nascimento@upe.br - ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-4657-9815>.

^{iv} Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor Adjunto da Universidade de Pernambuco (UPE), Campus Petrolina. *E-mail:* amarildo.malvezzi@upe.br - ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-7978-1054>.

relationship between theorizing and reflection that permeates the contents associated with the mandatory internships in School Management that allows an action-reflection of the student of the Pedagogy course.

Keywords: pedagogical coordination; curriculum; comparative study.

Análisis comparativo del componente curricular de Coordinación Pedagógica del curso de Pedagogía de la Universidad de Pernambuco

Resumen

La investigación cuestiona si la formación inicial realizada en el ámbito de la Licenciatura en Pedagogía de la Universidad de Pernambuco (UPE) es capaz de estimular las actividades del coordinador pedagógico. En este sentido, este artículo tiene como objetivo analizar, comparativamente, la programación del componente curricular de Coordinación Pedagógica de este curso, presente en los Proyectos Pedagógicos de Curso (PPC) de 2012 y 2017. Para ello, se utilizó un levantamiento documental exploratorio, con análisis comparativo, descriptivo. El análisis permitió ver que la previsibilidad programática es similar en el temario y referencias bibliográficas y diferente en la carga de trabajo, contenidos propuestos y habilidades y destrezas. Se concluye, por tanto, que existe una relación entre teorización y reflexión que atraviesa los contenidos asociados a las prácticas obligatorias en Gestión Escolar que permite una acción-reflexión del estudiante que cursa la carrera de Pedagogía.

Palabras clave: coordinación pedagógica; currículo; estudio comparado.

1 INTRODUÇÃO

O artigo decorre do interesse pelo conteúdo específico da formação inicial em Pedagogia para atuar na coordenação pedagógica, frente às atribuições assumidas por este profissional em vista de interferir e qualificar o desenvolvimento das atividades educativas na escola e nas organizações sociais. Mais do que isso, nos questionamos se a formação inicial empenhada no âmbito da Licenciatura de Pedagogia, ofertada pela Universidade de Pernambuco (UPE), é capaz de estimular o *quefazer* do coordenador pedagógico.

Principiamos do conceito freiriano do *quefazer* em razão de este imprimir a indissociabilidade entre teoria-prática, que se efetiva no ato de reflexão-ação. Afinal, conforme Freire (1987, p. 121), “os homens são seres do *quefazer*, exatamente porque seu fazer é ação e reflexão. É *práxis*. É transformação do mundo”. Destarte, a formação em Pedagogia fundamenta-se na premissa de que os educadores devem adquirir, ao longo do curso de graduação, uma ampla gama de conhecimentos teórico-práticos. Essa formação

visa habilitá-los para desempenhar à docência em diversos campos de atuação, desde os espaços não formais até as unidades escolares e, nestes, a função de coordenação pedagógica (CP) surge como precípua (Universidade de Pernambuco, 2012; 2017).

A relação entre professores/educadores sociais e coordenadores imiscuem-se em sentido prático e teórico, passa a ser uma relação que fomenta produções pedagógicas que podem ser utilizadas por processos de formação continuada a cargo do coordenador pedagógico (CP), à medida que se estreita essas relações. Oliveira e Guimarães (2013, p. 98) indicam que, segundo o pensamento de Paulo Freire,

O coordenador pedagógico é, primeiramente, um educador e como tal deve estar atento ao caráter pedagógico das relações de aprendizagem no interior da escola. Ele leva os professores a ressignificarem suas práticas, resgatando a autonomia docente sem desconsiderar a importância do trabalho coletivo.

Nestes termos, conforme Garbosa (2019), o trabalho do coordenador pedagógico é de cunho articulador, formador e transformador. As atribuições direcionadas a esses profissionais são acompanhar, orientar, coordenar, administrar, prover, informar, elaborar, avaliar, dentre outras. Pode-se dizer que, em sua função, ele tem relevantes atribuições no desenvolvimento das organizações educativas. Ele é a ponte para que haja uma boa comunicação entre os principais beneficiados envolvidos, cuja função é imprescindível para auxiliar o professor em suas metodologias, nas atividades didático-pedagógicas e no processo de construção dos planos de aulas, além de mobilizar a execução do Projeto Político-Pedagógico da Escola (PPP).

Dada a importância desse sujeito para a inovação, os autores em tela alertam e nos provocam a pôr em debate a formação do pedagogo no âmbito da UPE. Em vista disso, focalizamos neste estudo as interposições formativas dadas por esta Universidade, com o objetivo de analisar comparativamente a programação do componente curricular Coordenação Pedagógica do curso de Licenciatura em Pedagogia, tomando como objetos de análise os Projetos Pedagógicos do Curso (PPC) dos anos de 2012 e 2017.

Este artigo aborda os conteúdos curriculares propostos na formação inicial de pedagogos, com foco na atuação teórico-prática na coordenação pedagógica. Baseia-se em dados de uma pesquisa exploratória, cuja intenção metodológica é realizar uma análise comparada da formação prevista em dois ciclos de PPC, atualmente, em oferta pelo curso.

Para isso, serão colacionados os ementários, a carga horária, o conteúdo programático e as suas referências bibliográficas. A análise e a apresentação dos dados são descriptivos-criticos.

Iniciaremos nossa argumentação apresentando uma revisão da literatura sobre a Coordenação Pedagógica, de modo a explicar suas origens e fundamentos, bem como questões importantes para o entendimento da atuação do CP. Em seguida, abordaremos os procedimentos metodológicos utilizados para esta pesquisa. Por fim, nos dedicaremos a apresentação dos resultados e discussão proporcionadas pelo levantamento de dados e análise, repercutindo as similaridades e distanciando os congregados em ambas as proposições do componente curricular.

2 O PARTEJAMENTO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO

À medida em que ocorreram mudanças na sociedade, principalmente em relação à educação, foram dadas transformações na coordenação pedagógica e nas concepções a seu respeito. A formação desse profissional, como categoria presente no processo educativo, foi moldando-se a partir das circunstâncias e situações experimentais vivenciadas nas diferentes formas de pensar e executar a política de educação, progressivamente. Ao mesmo tempo, com o avanço das ciências da educação, vão tornando-se figuras essenciais para o desenvolvimento do ensino e de novas pedagogias escolares.

Torna-se importante conhecer a trajetória do *status* de coordenador pedagógico para compreender que esse papel surge numa perspectiva de atuação técnica, mas ao longo dos anos, se transforma em uma perspectiva de atuação mais vinculada à liderança, que em tempos contemporâneos faz emergir a necessidade das competências da autonomia intelectual e da criticidade. Portanto, conhecer esse percurso contribui especialmente para ampliar o pensamento de que o Coordenador Pedagógico atua em diferentes frentes dentro da educação e que essas frentes são moldadas de acordo com o meio em que eles irão atuar. Como exemplo, para ilustrar, destacamos que o papel do coordenador pedagógico no ensino superior requer características de atuação que ora se intercruzam com o coordenador pedagógico de uma escola, ora se modificam em termos

de suas responsabilidades. E este percurso irá refletir na criação da identidade profissional do coordenador.

A construção da identidade dos coordenadores pedagógicos é fruto de um longo percurso histórico e recebeu algumas nomenclaturas diferentes, como: inspetores, supervisores escolares, conforme nos esclarece Teixeira (2020, p. 56):

o coordenador pedagógico tem sua origem na figura do inspetor que, ao longo da história da educação brasileira, recebeu diferentes denominações – Prefeito Geral de Estudos, Comissário, por exemplo –, e quando passou a fazer parte da estrutura organizacional da escola, como fiscal do trabalho do professor, surgiu o supervisor escolar. Na busca de superar o trabalho caracterizado pela fiscalização foi se tornando coordenador pedagógico.

No decorrer da antiguidade e da Idade Média, a acepção de supervisão, conforme o mesmo autor, voltava-se à “ação de velar sobre alguma coisa ou sobre alguém a fim de assegurar a regularidade de seu funcionamento ou de seu comportamento” (p. 59). As pessoas agiam dessa forma para supervisionar os atos dos grupos juvenis e essa ação ocorria nas comunidades primárias.

No período medieval, ocorreu a criação da escola, aprimorando a educação da época em relação à Antiguidade. Mas, como a escola tinha suas limitações na organização e nas relações interpessoais, a princípio, o professor desempenhava o papel do supervisor. Teixeira (2020, p. 59) afirma que “a função supervisora [era] desenvolvida pelo próprio educador, aquele que se encontra junto da criança ou do jovem, vigiando, supervisionando” (grifo inserido).

Com a invasão portuguesa no território em que se formaria o Brasil, foi transplantado para estas terras o modelo colegial pensado a partir dos recortes de cultura e organização pedagógica da Europa. Desse modo, no ano de 1570, ocorreu a aplicação da educação formal, com a constituição de colégios, pelos Jesuítas, que apresentaram uma conceituação de supervisão educacional no seu plano geral, vinculada à ideia de “boa ordenação dos estudos”, na figura do Prefeito Geral de Estudos, conforme:

O Prefeito Geral dos Estudos era o auxiliar direto, responsável pelo ensino na localidade, geralmente denominado de reitor, e dentre as suas principais funções, pode-se destacar, a responsabilidade pelo planejamento, organização, orientação de todo o processo pedagógico, além de observar a conduta dos professores e dos alunos. Se necessário fosse, era responsável também, por reportar ao reitor, qualquer

procedimento indevido, que porventura surgisse dentro da estrutura educacional (Barros; Lopes; Carvalhêdo, 2016, p. 3).

Nesta sistematização da educação desenvolvida pelos jesuítas, atribuía-se a função de supervisão à figura de assistente do diretor que supervisiona, de modo especial, as atividades dos professores. Ainda na conjuntura da colonização do nosso território, a Reforma de Pombal teve como resultado a expulsão dos Jesuítas e a extinção do antigo sistema de ensino, com isso, o conceito de supervisão teve algumas alterações. Doravante, o Prefeito Geral de Estudos não fazia mais parte das decisões políticas e administrativas da unidade escolar e o Comissário passou a ser o encarregado dessas decisões. No chamado período pombalino, “a ideia de supervisão continuava presente, englobada nos aspectos político-administrativos, representada pelo papel do diretor geral” (Barros; Lopes; Carvalhêdo, 2016, p. 3), isto é, a concepção de supervisão, no contexto dessa reforma, “significava inspecionar as atividades escolares, ao mesmo tempo em que também administrava a escola” (Teixeira, 2020, p. 62). Ao longo desse período de interferências realizadas por Pombal, a educação do Brasil colônia teve uma decadência expressiva, devido às intervenções que foram realizadas.

Passada a fase colonial, com a fuga da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, foram necessárias medidas para atender às demandas dos cortesões, que desencadearam novas transformações na educação. Mas, a ideia de supervisão continuava existindo, agora sob a responsabilidade do diretor geral e dos comissários de estudos (Barros; Lopes; Carvalhêdo, 2016). Todavia, foi com a Independência do Brasil que mudanças relevantes foram efetivadas na educação brasileira.

No ano de 1827, foi concebido o método denominado ensino mútuo ou Método Lancasteriano, que se caracteriza da seguinte forma:

Os alunos de toda uma escola se dividem em grupos que ficam sob a direção imediata dos alunos mais adiantados, os quais instruem a seus colegas na leitura, escrita, cálculo e catecismo, do mesmo modo como foram ensinados pelo mestre horas antes. Estes alunos auxiliares se denominam monitores. [...] Além dos monitores, há na classe outro funcionário importante: o inspetor, que se encarrega de vigiar os monitores, de entregar a estes e deles recolher os utensílios de ensino, e de apontar ao professor os que devem ser premiados ou corrigidos (Ribeiro, 1992, p. 45).

Era conferida, ao inspetor escolar, nessa época, a responsabilidade de suceder os procedimentos educacionais. Ademais, realizar a titulação dos professores habilitados para a docência, analisar os livros didáticos, validar a abertura de novas escolas particulares e outras atribuições.

O Brasil, em meados de 1870, influenciado pelo Iluminismo, passou a dissipar, por meio da escola, a perspectiva da pequena burguesia industrial que começava a surgir no país, com o intuito de firmar uma estabilização desta. Assim, a escola passou a voltar-se para industrialização, influenciada pelos ideários de predomínio laboral, modelo que vai dominar as concepções educacionais ao longo dos anos seguintes.

Por sua vez, no período republicano inicial, o Estado brasileiro permanecia com suas arquiteturas educacionais estruturadas nos modelos tradicionais, e nos primeiros quinze anos do século XX não houve vigorosas discussões nem planos inovadores. É a partir da década de 1920 que haverá uma separação do papel de supervisor pedagógico do de administrador escolar.

A separação entre a “parte administrativa” e a “parte técnica” é condição para o surgimento da figura do supervisor como distinta do diretor e também do inspetor. Com efeito, na divisão do trabalho nas escolas [...], cabe ao diretor a “parte administrativa”, ficando o supervisor com a “parte técnica” [...]. E é quando se quer emprestar à figura do inspetor um papel predominantemente de orientação pedagógica e de estímulo à competência técnica, em lugar da fiscalização para detectar falhas e aplicar punições, que esse profissional passa a ser chamado de supervisor (Saviani, 1999, p. 28)

Importante lembrar que esse período é influenciado pela busca de modernização, da industrialização e da urbanização da sociedade. Com isso, os debates e a incidência política com vistas ao aperfeiçoamento do sistema escolar às novas demandas se intensificam e vão desembocar no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, datado de 1932. Esse manifesto foi idealizado e desenvolvido por educadores e intelectuais, com o objetivo de ter uma educação pública, laica e de qualidade e se tornou um marco significativo na história da educação brasileira, especialmente pela proposição de uma pedagogia assentada na ideia de uma educação ativa.

O percurso de reorganização da educação no Brasil orientou a elaboração da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 1961. Com isso,

passou-se a existir uma organização estatal, com a criação do Ministério da Educação e das Secretarias Estaduais de Educação, tornou-se necessária a formação de agentes para operar nesses novos moldes. Os cursos de pedagogia eram responsáveis pela formação dos pedagogos, que eram técnicos ou especialistas em educação e exerciam várias funções, dentre elas a de supervisor escolar (Barros; Lopes; Carvalhêdo, 2016, p. 4).

Mas, com a instalação da Ditadura Civil-Militar, a partir de 1964, a educação passou a ser ofertada nos padrões de uma pedagogia tecnicista, autoritária, repressora, fragmentada e mecanicista. Só durante a década de 1980 (Venas, 2012), quando ocorreram transformações no contexto político do Brasil, e devido às manifestações dos educadores organizados em favor de reformulações das diretrizes da pedagogia, efetivaram-se formas mais democráticas de pensar a educação e abolição das ações autoritárias do Estado.

Os Movimentos Sociais do campo democrático influenciaram decisivamente a feitura de uma nova Carta Constitucional, após intensos debates. A promulgação dessa carta, no ano de 1988, fundou-se na ideia de liberdade, de democracia e poder decisivo do povo, inclusive nas questões de Estado, influenciando as constituições das políticas educacionais e as formas como se constituíram os processos de planejamento e gestão da escola.

Até aqui, conforme observamos, a função do coordenador pedagógico não se encontra presente na educação brasileira. Apesar disso, as bases de seu cargo foram se delineando historicamente, desde a fundação das experiências educacionais jesuíticas. Estes profissionais assumiam responsabilidades próximas àquelas que hoje são as exercidas pelo CP, como poderemos nos apropriar a seguir.

2.1 A Epistemologia da Coordenação Pedagógica

O coordenador pedagógico surgiu devido às mudanças sociais, políticas e econômicas, em meados de 1980, época em que aconteceu a redemocratização da sociedade em razão do fim da ditadura civil-militar. Nesse momento, ele começou a ganhar espaço no ambiente escolar. Nesta fase, foram publicados documentos oficiais destinados à educação, com isso, o CP começou a conquistar espaço nos ambientes educacionais e a ser visto por outra perspectiva, agora como um profissional essencial

para o desenvolvimento das instituições educativas, o que inclui Organizações Não Governamentais e até empresas.

Desta maneira, é relevante enfatizar que a normatização educacional passou a evidenciar a importância desse profissional nos espaços escolares e não escolares. Os profissionais, que são administradores, orientadores ou supervisores escolares, fazem parte da política de educação e, no exercício da função de coordenador pedagógico, é necessário que tenham formação em nível superior, no curso de Pedagogia.

Em vista disso, a Lei Diretrizes de Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), no artigo 64, aponta quais são os parâmetros de formação para atuar na coordenação pedagógica escolar:

A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

Nessa concepção, percebe-se que o CP é um profissional que se encontra em constante desenvolvimento e que sua atuação profissional segue o mesmo ritmo, organizada regularmente conforme situações objetivas e subjetivas, como: pela política educacional, pelo modo como se estrutura o sistema de ensino, pela maneira que é organizada e pelo jeito que são estabelecidas as funções dos profissionais que fazem parte da instituição, os vínculos interpessoais entre os profissionais do administrativo, professores, coordenadores e gestores escolares. Todas essas caracterizações refletem na sua epistemologia, ou seja, nas condições necessárias e fundantes que resultam na afirmação profissional específica.

Afinal, de acordo com Teixeira (2020, p. 15, grifos inseridos) “o coordenador pedagógico [é um] sujeito sócio-histórico que se constitui na relação dialética com o mundo”, ou seja, “o trabalho dos coordenadores pedagógicos, assim como dos demais profissionais, consiste em uma atividade mediada pelas determinações sociais, políticas e econômicas” (Teixeira, 2020, p. 53). Em outras palavras, a ação do coordenador é resultado de diversos fatores: os internos que tratam das questões intrínsecas ao ser humano e os fatores externos relativos às questões sociais que repercutem na prática profissional.

Assim, na coordenação pedagógica, existem dois elementos que são primordiais nas significações dessa função: o trabalho educativo e a ação pedagógica.

Significa que o trabalho educativo que o coordenador pedagógico realiza possui caráter pedagógico, o qual consiste, necessariamente, na formulação de objetivos sociopolíticos e na criação de estratégias que viabilizam modos de organizar o processo educativo visando determinada direção planejada (Teixeira, 2020, p. 54).

De acordo com Silva (2013), a função do coordenador se dá na articulação das propostas contínuas na construção do Projeto Político-Pedagógico no ambiente escolar e nas instituições de ensino superior, além de estabelecer as questões que orientam a proposta curricular, princípios metodológicos, as metodologias didáticas e de avaliação, e outros procedimentos que proporcionam o desempenho educacional, social e pessoal do educando. Com isso, o trabalho do coordenador pedagógico é fundamental para o bom desempenho dos docentes na sala de aula e, assim, do alunado com resultados satisfatórios.

Compete ao coordenador pedagógico, em suas atribuições pedagógicas e acadêmicas, realizar atividades que articulem, formem e transformem o contexto educacional, conforme explicam Placco, Souza e Almeida (2013, p. 6-7):

Entendemos, assim, que compete ao Coordenador Pedagógico: articular o coletivo da escola, considerando as especificidades e as possibilidades reais de desenvolvimento de seus processos; formar os professores, no aprofundamento em sua área específica e em conhecimentos da área pedagógica, de modo que realize sua prática em consonância com os objetivos da escola e esses conhecimentos; transformar a realidade, por meio de um processo reflexivo que questione as ações e suas possibilidades de mudança, e do papel/compromisso de cada profissional com a melhoria da Educação escolar.

Além das atribuições mencionadas pelos autores anteriormente, a função do CP é fornecer o suporte necessário ao corpo docente. Nesse sentido, utilizando-se das definições de Lima e Santos (2007, p. 79), apontamos algumas atribuições deste profissional:

- a) Acompanhar o professor em suas atividades de planejamento, docência e avaliação;
- b) Fornecer subsídios que permitam aos professores atualizarem-se e aperfeiçoarem-se constantemente em relação ao exercício profissional;

- c) Promover reuniões, discussões e debates com a população escolar e a comunidade no sentido de melhorar sempre mais o processo educativo;
- d) Estimular os professores a desenvolverem com entusiasmo suas atividades, procurando auxiliá-los na prevenção e na solução dos problemas que aparecem.

Para além destas, a coordenação pedagógica é articuladora do Projeto Político-Pedagógico (PPP) na organização da reflexão que propicia os meios para execução das ações que foram postas neste projeto, contribuindo para sua realização com êxito no ambiente escolar (Vasconcelos, 2007). Desse modo, potencializa o processo de ensino-aprendizagem aos educandos para a construção do indivíduo na sua plenitude, tendo em vista que todos têm direitos e são capazes de aprender. Em outras palavras, o coordenador pedagógico desempenha, nas suas atividades, a função de mediar e articular as práticas pedagógica com intuito de executar o documento que norteia a escola, que é o PPP.

Portanto, perante o exposto, a coordenação pedagógica desempenha atribuições essenciais para o bom resultado da instituição de ensino, bem como contribui para uma aprendizagem significativa do educando, a partir das boas práticas de ensino do educador com o aporte necessário do CP. Dessa maneira, os cursos de Pedagogia têm um caráter de formação inicial para atuação destes sujeitos, tal como ocorre na UPE *campus* Petrolina.

A seguir, abordaremos como esta Universidade vai configurando sua compreensão de Coordenador Pedagógico, por meio dos processos formativos e revelando a importância de aprender sobre esse profissional e seu *saberfazer*, com base no conhecimento científico.

3 O CURSO DE PEDAGOGIA DA UPE E A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO PARA A COORDENAÇÃO

O curso de Pedagogia da Universidade de Pernambuco, encontra-se em três *campi* do estado de Pernambuco, especificamente em Garanhuns (região Agreste), Nazaré da Mata (região Mata) e Petrolina (região Sertão). Em todas elas, utilizando-se de um mesmo Projeto Pedagógico de Curso, com suas respectivas ementas e currículo unificados. Ainda assim, situamos como *lócus* de investigação o *campus* Petrolina-PE, que se encontra situada na Região de Desenvolvimento Médio São Francisco. Esse *campus* iniciou suas

atividades na Faculdade de Formação de Professores de Petrolina (FFPP), criada pela Lei Municipal nº 31, de 29.10.1968, com o intuito de formar professores para se ter um ensino de qualidade. A FFPP manteve-se vinculada como autarquia educacional da prefeitura de Petrolina até o ano de 1971, posteriormente, a faculdade foi inserida na Fundação de Ensino Superior de Pernambuco (FESP), que passou a ser mantida pelo governo do estado e nomeada, posteriormente, de Universidade de Pernambuco (Universidade de Pernambuco, 2021).

A princípio, no ano de 1969, a formação inicial dos professores era de Licenciatura Curta, com duração de três anos, e a instituição oferecia apenas os cursos de Letras, Ciências e Estudos Sociais. *A posteriori*, no ano de 1978, com o intuito de proporcionar pesquisa e extensão na instituição, promover ensino de qualidade e formar pesquisadores, os cursos deixaram de ser Licenciatura Curta e passaram a ser Licenciatura Plena, tendo duração de quatro anos. O curso de Pedagogia, aprovado por meio da Portaria 2.780, de 27 de novembro de 1986, habilitava os egressos a atuarem na Supervisão e Administração Escolar.

Nesse período, o curso era ofertado no turno vespertino e, a partir do ano de 1999, começou a ser disponibilizado no turno noturno. Em 2005, ocorreram várias discussões sobre a matriz do curso de Pedagogia e sobre as habilitações deste profissional, a fim de se adequar às novas diretrizes da educação nacional. Assim registrado:

A matriz do curso de Pedagogia organizada de acordo com o Art. 6º, § 3º da Resolução CNE/CP 1 – 2002, com a denominação Habilitação em Supervisão Pedagógica, para Habilitação Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Coordenação Pedagógica pela Resolução CEPE Nº 52, de 29 de outubro de 2003 (Universidade de Pernambuco, 2012, p. 13).

As habilitações do pedagogo foram ampliadas e, devido ao processo histórico sobre a CP, mudou-se a nomenclatura de supervisão pedagógica para coordenação pedagógica. No ano de 2006, começaram a discutir a reformulação do curso de Pedagogia que perdurou até o ano de 2007. Com isso, de acordo com Silva (2019, p. 40), “o curso de Pedagogia começou a se fortalecer ainda mais, pois se passou a pensar na formação do pedagogo, dessa vez, a partir da realização da extensão”. Com a implantação da extensão, aliada à pesquisa, começou-se a proporcionar aos estudantes, na sua formação inicial, a

construção de aprendizagem significativa alicerçada na vivência de experimentações de ensino, pesquisa e extensão.

Ainda em 2007, ocorreram algumas reuniões da Pró-reitora de Graduação (Prograd) da UPE, com a participação dos três *campi*: Garanhuns, Nazaré da Mata e Petrolina. Nesse mesmo período, também se iniciaram discussões do próprio colegiado de Pedagogia do *campus* Petrolina em prol da construção do Projeto Político-Pedagógico do curso. Após o projeto concluído, a Prograd analisou e expôs para aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe). O projeto passa a entrar em vigência em 2007, com a versão preliminar para os alunos que foram aprovados no processo seletivo do ano de 2007 (Universidade de Pernambuco, 2012, p. 14). Em 2012, a atualização do curso ocorreu sem alterações da proposta em vigência, apenas ajustando-se às exigências normativas mais atuais. No ano de 2017, o curso de Pedagogia passou por mais uma reformulação no seu PPC, de forma que se adequasse às exigências do Ministério da Educação para os cursos de Licenciatura.

Sobre a Organização Curricular do curso de Pedagogia no *campus* Petrolina, encontra-se em consonância ao “artigo 12º da Resolução do MEC/CNE Nº 02, de 1º de julho de 2015, estruturando-se nos seguintes núcleos: I – núcleo de estudos de formação geral; II – núcleo de aprofundamento; III – núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular” (Universidade de Pernambuco, 2017, p. 13).

Desse modo, o curso de Pedagogia propicia a formação de pedagogos por meio de vivências e reflexões teóricas e práticas acerca da educação e de outros conhecimentos relacionados, com o intuito de lapidar este profissional para atuar na docência da educação infantil, no ensino fundamental anos iniciais e na gestão e coordenação pedagógica, podendo atuar em espaços escolares e não escolares e, ainda, formar indivíduos críticos e pesquisadores. A seguir, trataremos de comunicar o percurso metodológico adotado para levantar os dados desta pesquisa, bem como situar a forma pela qual estabelecemos a sua análise.

4 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Realizamos uma análise documental do que propõe a formação para a coordenação pedagógica, fazendo uma comparação dos programas das disciplinas presentes em dois Projetos Pedagógicos do Curso de Pedagogia, implantados em 2012 e 2017, respectivamente. Utilizamos do método comparativo, que, na perspectiva de Fachin (2006), corresponde ao ato de investigar coisas ou fatos e descrever, de acordo com as semelhanças e diferenças explicitadas. Esse método possibilita o levantamento de fatos de natureza similar, com o intuito de identificar o que converge com um e o outro. Ainda, conforme a autora, permite o estudo das informações precisas, a inferência dos dados constantes, especulativo e gerais, facilitando as investigações de cunho indireto. Já na visão de Gil (2008), o método comparativo ocorre a partir de investigações de classes, indivíduos, fatos ou fenômenos, com o intuito de evidenciar as semelhanças e diferenças do objeto de estudo.

Nesse sentido, percebe-se que os autores compactuam da mesma ideia do estudo comparado, que é fazer observações das semelhanças e diferenças, analisando o que alterou e permaneceu. Desse modo, buscamos fazer pondo em comparação como se apresentam os itens: carga horária, ementa, conteúdo programático, competências, habilidades e bibliografia básica.

O estudo fez levantamento de dados, no site oficial da UPE e na coordenação do curso de Pedagogia, coletando os documentos e ementários do componente curricular de coordenação pedagógica disponíveis na plataforma da instituição. Bem como, realizou levantamento bibliográfico que nos permitiu criar bases teóricas e argumentativas para fundamentar nossas inferências neste trabalho.

A exposição dos dados coletados está organizada em tabela e quadros distintos. Em cada, terá um item que contém no ementário, tendo em vista que o objetivo é apresentar informações dos dois programas da disciplina em estudo, para que facilite a visualização das informações e contribua para a análise dos elementos. Além disso, utilizamos da análise descritiva crítica para descrever as informações obtidas, de forma a compreender a relação entre os segmentos e as variáveis levantadas. Na seção a seguir,

serão expostas as análises resultantes do levantamento de dados da pesquisa e o nosso posicionamento sobre os achados no estudo.

5 DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS DOS PROGRAMAS DO COMPONENTE CURRICULAR COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

A Tabela 1, a seguir, apresenta as informações da nomenclatura, código e a carga horária do componente curricular coordenação pedagógica no curso de Pedagogia da UPE, campus Petrolina-PE, dos respectivos PPC de 2012 e 2017.

Tabela 1 - Caracterização do Componente Curricular

	PPC/CP - 2012	PPC/CP – 2017
Disciplina	Coordenação Pedagógica	Coordenação Pedagógica
Código da disciplina	CH00038P	P0010
Carga horária	60 H	30 H

Fonte: Elaborada pelos autores, 2023, com base nos PPC 2012 e 2017.

Como é possível observar, além da mudança trazida no código do componente curricular coordenação pedagógica, também houve uma redução da carga horária. O componente é ofertado no mesmo período letivo (7º Período), antes ministrado com 60 horas, passando a ser ofertada com a carga horária de 30h. Ainda, é pertinente enfatizar que os dois projetos estão sendo executados, ou seja, está ocorrendo a transição do 2012 para o de 2017.

A descaracterização da habilitação do curso, anteriormente vinculada à coordenação e supervisão escolar pode ser um dos fatos justificadores dessa redução. Do mesmo modo, a inserção de outros componentes curriculares que tematizaram aspectos relativos à gestão da escola, incluindo a gestão pedagógica, também é um dos aspectos que resultou nessa diminuição. A decisão dos membros do colegiado do curso, que fizeram parte da reformulação, cumpriram as orientações das diretrizes do Ministério da Educação para os cursos de Licenciatura, estabelecendo como carga horária total do curso de 3.420, sendo essas horas distribuídas de acordo com as necessidades das disciplinas.

Além disso, no novo Projeto Pedagógico do Curso, vários conteúdos que são próprios ao debate sobre a coordenação pedagógica e suas implicações funcionais estão

distribuídos por outros componentes, tais como na disciplina de Estágio Supervisionado III – Gestão e Coordenação pedagógica que corresponde à vivência do graduando nos espaços educativos na modalidade de gestão e coordenação pedagógica e a relação com a comunidade escolar, na disciplina de Prática Pedagógica e Gestão de Pessoas.

Quadro 1 - Conteúdos das Ementas

PPC/CP – 2012	PPC/CP – 2017
<ul style="list-style-type: none"> - O percurso histórico da supervisão educacional / coordenação pedagógica no Brasil. - Condições objetivas e subjetivas ao fazer do coordenador pedagógico. - Funções e atribuições do coordenador pedagógico. - O papel do coordenador na construção do projeto político-pedagógico da instituição escolar e não escolar. - Projeto de ação do coordenador pedagógico. 	<ul style="list-style-type: none"> - O percurso histórico da supervisão educacional / coordenação pedagógica no Brasil. - Condições objetivas e subjetivas ao fazer do coordenador pedagógico. - Funções e atribuições do coordenador pedagógico. - O papel do coordenador na construção do projeto político-pedagógico da instituição escolar e não escolar. - Projeto de ação do coordenador pedagógico.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023, com base nos PPC 2012 e 2017.

As ementas apresentam os mesmos conteúdos e informações a serem abordados no curso, nos dois projetos. Com destaque sobre o percurso histórico, atribuição, função e papel do coordenador na construção do Projeto Político-Pedagógico. Trata-se de um mesmo texto, não havendo alteração na ementa nessa última reformulação, mesmo que tenha havido a redução de carga horária.

Na listagem dos conteúdos das ementas apresentadas, não é possível averiguar a estreita relação teoria-prática senão se inferirmos que este componente curricular serve de auxiliar à prática dos estágios curriculares obrigatórios. Portanto, abordando elementos fundamentais para a compreensão da identidade política, bem como do processo gerencial educativo do coordenador pedagógico, estima-se o subsídio teórico primário para sua atuação na escola, inicialmente como estagiário e, posteriormente, no processo de profissionalização.

Quadro 2 - Conteúdo Programático

PPC/CP – 2012	PPC/CP – 2017
<ul style="list-style-type: none"> - Origens da coordenação pedagógica: breve histórico da educação no Brasil (século XX). - A organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: atribuições do coordenador pedagógico. - O Coordenador em busca de uma identidade: da elaboração, condução e organização do trabalho pedagógico. - O campo de atuação da Coordenação Pedagógica: elaboração e articulação do projeto político-pedagógico, à seleção cultural do currículo e à construção do planejamento escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Conceito de coordenação pedagógica. - O papel do coordenador pedagógico no cotidiano escolar. - O Percurso histórico da supervisão educacional/coordenação pedagógica no Brasil. - Condições objetivas e subjetivas ao fazer do coordenador pedagógico. - O papel do coordenador na construção do projeto político-pedagógico.

Fonte: Elaborada pelos autores, 2023, com base nos PPC 2012 e 2017.

Apesar de a ementa ser a mesma, o conteúdo proposto no PPC de 2012 aborda minuciosamente o processo da coordenação pedagógica na história da educação no Brasil, a partir do século XX, e a função do coordenador nessa mesma época. No de 2017, também há uma discussão sobre o percurso histórico, porém percebe-se que, devido à organização dos conteúdos que se encontram no projeto, há apenas um tópico sucinto com a passagem sobre o aspecto histórico, o que entendemos ser uma discussão rápida sobre esse assunto. Ainda neste último PPC, constam informações sobre o conceito e foca no ofício da coordenação pedagógica, além disso, busca distribuir os conteúdos, conforme são apresentados na ementa.

Conforme havíamos observado, a permanência da ementa semelhante compromete a distribuição dos conteúdos previstos graças à diminuição da carga horária prevista. Ademais, acaba por formalizar o papel pedagógico do coordenador na gestão do projeto pedagógico da escola, sem levar em conta a dimensão do currículo – agora estabelecida pela Base Nacional Comum Curricular – mas, também, sem levar em conta o plano de ação do coordenador.

Ora, com destaque aos elementos conducentes à Nova Gestão Pública, o Plano de Gestão tem sido um dos documentos norteadores da política educativa, especialmente para que o gerenciamento do Estado consiga alcançar a micropolítica escolar no que toca a responsabilização e performatividade deste sujeito. Sua ausência desconecta a Universidade com a política educacional.

Quadro 3 - Competências

PPC/CP – 2012	PPC/CP – 2017
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a importância do papel desempenhado pela Coordenação Pedagógica na elaboração, condução e organização do trabalho escolar, refletindo e ressignificando a prática cotidiana. 	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a respeito do papel do coordenador dentro da estrutura escolar, a partir de uma contextualização histórica, filosófica, política e econômica, avaliando o desempenho dos profissionais dessa área em atuação em nossa microrregião.

Fonte: Elaborada pelos autores, 2023, com base nos PPC 2012 e 2017.

Pode-se perceber que ambas retratam a importância do coordenador pedagógico e sua função na organização da instituição escolar, sendo que o PPC de 2017 dá ênfase à avaliação do desempenho dos profissionais da CP que atuam em nossa microrregião. Ressaltamos, aqui, que a proposta de construção do conhecimento por competências e habilidades ignora os demais conhecimentos que são inerentes à formação humana e vislumbra uma perspectiva voltada para a produção, ou seja, essa perspectiva de ensino por competências é um caminho para se “formar” indivíduos com as aptidões necessárias para servir ao capital financeiro. Por essa razão, potencializa a desintelectualização e empobrece a formação ao longo do processo de aprendizagem. De acordo com Laval (2004, p. 62):

à categoria de competência, ao mesmo tempo em que tornam técnico, taylorizam e burocratizam o ensino, estabelecem, de modo progressivo e quase automático, uma coerência com o mundo das empresas para definição dos perfis de cargos e das listas de competências construídas para selecionar, recrutar, formar a mão-de-obra.

Ora, a construção do conhecimento insinua que o sujeito tenha o potencial de inserir-se no mundo, com a capacidade de lê-lo e transformá-lo. A educação, nestes termos, não pode ser como a simples assimilação dos valores hegemônicos na sociedade e, sendo desse modo, é justificadora do debate sobre a educação em crise – que não responde às expectativas impostas pelo modelo neoliberal de ser no mundo, distanciando-se do *quefazer* freiriano.

Focaliza, portanto, a competição, a estandardização e a ranquerização das instituições e das pessoas reduzindo-as à posse/falta de competência individual, justificadora do *status quo* da sociedade capitalista desigual por meio de avaliação de desempenho que se vincula com as perspectivas presentes na chamada Nova Gestão

Pública, que muito tem influenciado a gestão da educação em nosso país. Nestes termos, o governo de Pernambuco tem adotado políticas de premiação para redes, escolas, gestores e professores que são capazes de responder às demandas propostas pela Secretaria de Educação.

Pensar a educação pelo viés mercadológico, assumindo suas diretrizes e estabelecendo uma relação pautada no outro como capaz de si mesmo não consolida a educação a partir de sua própria epistemologia, mas a partir dos interesses da classe dominante, resultando num processo de alienação, atuando de forma a retroalimentá-la. De tal modo, torna a educação impossível, como define Hanna Arendt (2011, p. 247).

A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. A educação é, também, onde decidimos se amamos as nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos.

É, nesta acepção, uma educação que se preocupa com a relação entre existência humana e o mundo, tornando-se uma maneira de conscientizar os novos sobre a capacidade que o ser humano possui de agir cooperativa e solidariamente para transformação do mundo.

Quadro 4 - Habilidades

PPC/CP – 2012	PPC/CP – 2017
<ul style="list-style-type: none"> - Observar as mudanças e exigências que se impõem à educação e à escola no século XXI, a partir da análise dos condicionantes históricos, políticos e sociais de sua produção ao longo do tempo; - Analisar o contexto histórico, político e social do final do século XX e início do século XXI e suas implicações na criação da função do(a) Coordenador(a) Pedagógico(a); - Analisar os aspectos legais que fundamentam a gestão democrática do ensino e suas especificidades na gestão escolar; - Destacar a relevância do papel do (a) Coordenador(a) Pedagógico(a) como agente formador, facilitador e mediador no projeto político-pedagógico e no planejamento escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Conceituar coordenação pedagógica; - Refletir sobre o contexto histórico relacionado à prática do supervisor/coordenador buscando compreender a sua relevância para a desenvoltura do processo de ensino e aprendizagem; - Discutir a respeito das atribuições delegadas ao coordenador pedagógico no contexto escolar; - Destacar alguns dos principais elementos que travam o desempenho dessa função; - Avaliar a estrutura do contexto social e pedagógico do coordenador pedagógico; - Debater sobre o papel do coordenador pedagógico enquanto articulador no processo da construção do projeto político pedagógico na instituição escolar

Fonte: Elaborada pelos autores, 2023, com base nos PPC 2012 e 2017.

Constatou-se que, no PPC de 2012, as habilidades presentes no componente curricular em análise se referem às transformações da educação no século XXI; análise do contexto histórico, social e político do final do século XX e do início do século XXI e no que isso reverbera na atuação do coordenador pedagógico, além de discutir acerca dos aspectos relativos à gestão democrática na escola.

No PPC de 2017, as habilidades dizem respeito à conceituação do coordenador; reflexões quanto ao processo histórico, com o intuito de perceber a importância deste profissional no processo de ensino-aprendizagem; debater acerca das atribuições do CP no ambiente escolar e discutir a respeito dos entraves que interferem no trabalho do CP; analisar os aspectos pedagógicos e sociais do profissional. Por fim, percebe-se que em ambos, tratam da importância do coordenador pedagógico no processo de construção do Projeto Político-Pedagógico, atuando como agente articulador nesse processo.

No PPC 2017, percebe-se que as habilidades dialogam com a competência, dando destaque ao aspecto saber-fazer do profissional, pois entende-se que, devido às condições socioeconômicas, os profissionais não têm alternativas, a não ser, ingressar no mercado do trabalho, é por isso que a pedagogia das competências vislumbra essa perspectiva de formar o ser humano para o trabalho prático, privando-os de uma formação mais crítica e significativa.

Quadro 5 - Bibliografia Básica

continua

PPC/CP – 2012	PPC/CP – 2017
<p>ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza (orgs.). O coordenador pedagógico e os desafios da educação. São Paulo: Loyola, 2009.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2008.</p> <p>LOPES, Izolda; TRINDADE, Ana Beatriz; CADINHA, Márcia Alvim (orgs.). Pedagogia empresarial: formas e contextos de atuação. 3. ed. Rio Janeiro: Wak, 2009.</p>	<p>ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza (orgs.). O coordenador pedagógico e os desafios da educação. São Paulo: Loyola, 2009.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2008.</p> <p>LOPES, Izolda; TRINDADE, Ana Beatriz; CADINHA, Márcia Alvim (orgs.). Pedagogia empresarial: formas e contextos de atuação. 3. ed. Rio Janeiro: Wak, 2009.</p> <p>TORRES, Gilvani Alves Pilé. Educação e Multiculturalismo. Recife: UPE/NEAD, 2011.</p>

Quadro 5 - Bibliografia Básica

conclusão

PPC/CP – 2012	PPC/CP – 2017
VASCONCELOS, Celso dos Santos. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 11. ed. São Paulo: Libertad, 2009.	VASCONCELOS, Celso dos Santos. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 11. ed. São Paulo: Libertad, 2009.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023 com base nos PPC 2012 e 2017.

Por fim, a bibliografia, nas duas ementas, são basicamente a mesma, sendo que uma contém 4 e a outra, 5 referências. Essas referências similares são acerca da pedagogia empresarial; da coordenação do trabalho pedagógico; da organização e gestão da escola e, por fim, do coordenador pedagógico e dos desafios da educação.

A ementa que tem uma referência a mais é a do ano de 2017, que acrescentou a referência de Educação e Multiculturalismo. Percebemos que a inserção dessa referência ocorreu devido ao item das competências, no qual se discute sobre a função do coordenador pedagógico na microrregião em que o curso está sendo lecionado. Desse modo, faz-se necessário perceber os aspectos interculturais para entender o desenvolvimento deste profissional nessa localidade, além de vincular-se às demandas políticas e culturais contemporâneas, comumente associadas ao pós-modernismo, ao pluralismo moderno e aos movimentos identitários.

Por fim, pontuamos que os componentes curriculares analisados se constituíram em grande parte de similaridades, cabendo ao docente estipular as alterações, complementações e ajustes conforme os ambientes de sala de aula experienciados ao longo da execução do curso. Percebemos, que a inexistência de habilitação no curso de Pedagogia proporcionou uma diminuição na carga-horária total do curso, mantendo-se com uma vinculação à preparação do estudante para a prática de estágio obrigatório no campo da gestão escolar, tornando possível coadunar com o princípio de teoria-prática ou ação-reflexão.

6 CONCLUSÕES

Esta pesquisa teve como objetivo analisar comparativamente a programação do componente curricular Coordenação Pedagógica do curso de Licenciatura em Pedagogia, tomando como objetos de análise: os Projetos Pedagógicos do Curso (PPC) dos anos de

2012 e 2017. Em atenção a este objetivo, foi realizada uma discussão teórica sobre o surgimento do coordenador pedagógico como profissional, a partir da qual foi possível observar que, ao longo da história, este *status* foi ganhando espaço e, atualmente, quem atua nele é convidado a desenvolver as atividades que pertence à sua função, pois percebe-se que este profissional não é mais o “faz tudo” da escola.

As análises em comparação nos fizeram perceber que a despeito das similaridades existentes, cabe aos docentes destes componentes complementares ampliarem seu conteúdo e reflexões acerca do tema. Isso vislumbra-se no fato de o componente preocupar-se com o lugar onde a escola está inserida, considerando-se suas expressões culturais e identitárias. Destacamos que o PPC de Pedagogia é similar aos três *campi* que ofertam este curso na Universidade de Pernambuco, cabendo aí, sair do engessamento proposto pela Prograd.

Entendemos que também há uma necessidade de repensar os programas do componente de coordenação pedagógica, de forma que traga para eles elementos que proporcionem uma reflexão crítica sobre suas competências, com foco na constante perda de sua autonomia. Apesar de termos ciência de que parte do conteúdo não previsto na ementa mais recente foi alocado para outros componentes desse PPC.

Concluímos, portanto, considerando que a relação Universidade/formação/teorização com a escola/prática/reflexão atravessa os conteúdos quando esses estão associados aos estágios obrigatórios em gestão e coordenação escolar, bem como em preparação para o estágio em gestão de espaços educativos não-escolares, que ocorre no semestre letivo posterior e outros conteúdos. Assim, embora haja uma redução do tempo pedagógico, estipula-se que o conteúdo favoreça a ação qualificada do coordenador pedagógico e uma preparação para o *quefazer* da coordenação pedagógica.

REFERÊNCIAS

ARENKT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BARROS, Maria do Desterro Melo da Rocha Nogueira; LOPES, Laurielene Cardoso da Silva; CARVALHÉDO, Josania Lima Portela. Apontamentos históricos da trajetória do coordenador pedagógico no brasil. *Anais VIII FIPED*. Campina Grande: Realize, 2016.

Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/25006>. Acesso em: 11 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 01 fev. 2021.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FREIRE, Paulo. Educação: Sonho possível. In: BRANDÃO, Carlos R. (org.). **O educador: vida e morte**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p. 91-101.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GARBOSA, Helena Gutoch. **O trabalho do coordenador pedagógico (professor-pedagogo no período de iniciação: dilemas e dificuldades no ensino público estadual de Ponta Grossa**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Editora Planta, 2004.

LIMA, Paulo Gomes; SANTOS, Sandra Mendes. O coordenador pedagógico na educação básica: desafios e perspectivas. **Educare ET educare**, v. 2, n. 4, p. 77-99, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/16655/document%20%287%29.pdf?sequence=4&isAllowed=y>. Acesso em: 12 dez. 2023.

OLIVEIRA, Juscilene da Silva; GUIMARÃES, Márcia Campos Moraes. O papel do coordenador pedagógico no cotidiano escolar. **Revista Científica do Centro de Ensino Superior Almeida Rodrigues**, Rio Verde, p. 95-103, jan. 2013. Disponível em: <http://educamoc.com.br/ckfinder/files/6%20-%20O%20PAPEL%20DO%20COORDENADOR%20PEDAG%C3%93ICO%20NO%20COTIDIANO%20ESCOLAR.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2025.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; SOUZA, Vera Lucia Trevisan de; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. O coordenador pedagógico: aportes à proposição de políticas públicas. **Cadernos de Pesquisa**, v.42, n.147, p.754-771, set./dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/WPF5PzGd5zS3QWZPYNhWYDQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 04 set. 2024.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira**: a organização escolar. 12. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

SAVIANI, Demerval. A supervisão educacional em perspectiva histórica: da função à profissão pela mediação da ideia. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.) **Supervisão Educacional para uma escola de qualidade**. São Paulo: Cortez, 1999. p. 13-38.

SILVA, Ana Paula dos Santos. **A coordenação pedagógica no contexto da realidade escolar brasileira.** 2013. Monografia (Especialização em Coordenação Pedagógica) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SILVA, Genilda Maria da. **Reflexões sobre o itinerário formativo de pedagogos: os sentidos atribuídos à interdisciplinaridade.** 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Pernambuco, Petrolina, 2019.

TEIXEIRA, Cristiane de Souza Moura. **Ser ‘o faz-tudo’ na escola:** significações produzidas sobre o trabalho do coordenador pedagógico na escola pública. Parnaíba: Acadêmica Editorial, 2020.

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO. **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia.** Petrolina, PE, 2012. Disponível em: <https://www.upe.br/petrolina/graduacao/cursos/licenciatura-em-pedagogia/>. Acesso em: 05 jan. 2024.

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO. **Projeto Pedagógico de Curso:** Licenciatura em Pedagogia – campus Petrolina, PE, 2017. Disponível em: <https://www.upe.br/petrolina/graduacao/cursos/licenciatura-em-pedagogia/>. Acesso em: 05 jan. 2024.

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO. **Universidade de Pernambuco campus Petrolina-PE:** História. Disponível em: <http://www.upe.br/petrolina/campus/historia>. Acesso em: 08 dez. 2023.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico:** do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2007.

VENAS, Ronaldo Figueiredo. A transformação da Coordenação Pedagógica ao longo das décadas de 1980 e 1990. **VI Colóquio Internacional “Educação e contemporaneidade.** São Cristovão-SE. 2012. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10116/48/47.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

Recebido em: 23/03/2024

Aprovado em: 07/09/2024

Publicado em: 02/12/2025



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.